

[Handwritten signatures and notes in the top right corner]



RELATÓRIO E CONTAS DO ANO 2024

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	3
1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO.....	3
2. RECURSOS HUMANOS.....	4
3. ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	5
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).....	6
Centro de Dia (CD).....	6
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).....	6
Comunidade.....	7
Património.....	7
4. CULTO RELIGIOSO.....	8
5. ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS.....	9
6. COMUNICAÇÃO.....	10
7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	11
Rendimentos.....	11
Gastos.....	12
Ativo.....	14
Passivo.....	14
Fundos patrimoniais.....	14
Alienações.....	14
Plano de Investimentos.....	15
Resultados do período.....	16
8. DÍVIDAS EM MORA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA SOCIAL.....	17
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	19
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	20

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, instituída em 1509, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, detendo o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

O presente relatório tem como base as atividades desenvolvidas durante o ano de 2024, tendo em conta os compromissos assumidos anteriormente, bem como o contexto macroeconómico verificado durante o ano. Deste modo, é apresentado o desempenho da Instituição, refletindo as suas atividades de forma geral no sentido do cumprimento dos seus objetivos, encontrando-se elaborado de acordo com a legislação em vigor, respeitando as especificidades do SNC-ESNL.

O Relatório de Atividades e Contas do ano 2024 reflete as receitas e despesas ocorridas em 2024, os rendimentos e gastos registados, e os direitos e obrigações da Instituição.

O ano de 2024 ficou marcado pelo aumento generalizado dos custos de aquisições e serviços, bem como, dos custos com o pessoal, passando ainda pela necessidade de proceder à manutenção e reparação sistemática dos equipamentos.

Ao nível dos investimentos, a empreitada de alteração da ERPI (requalificação dos antigo hospital) tornou-se uma realidade, prevendo-se a sua conclusão durante o ano de 2025. Foi concluído o projeto de alteração do Centro Senhor Jesus dos Remédios para implementação de uma ERPI para 12 utentes.



2. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos continuam a representar um dos pilares fundamentais ao bom funcionamento e sucesso da Instituição. O custo com recursos humanos têm um peso orçamental considerável (superior a 60%), pelo que é fundamental uma gestão criteriosa dos recursos existentes.

Devido às necessidades da Instituição e imposições legais, durante o ano de 2024, foram promovidas algumas alterações no quadro de pessoal da Instituição, nomeadamente nas categorias profissionais de alguns colaboradores.

É importante expressar a todos os trabalhadores um agradecimento especial pelo empenho e dedicação demonstrada, pois em muito contribuem para a qualidade dos cuidados prestados aos nossos utentes.

A 31 de dezembro, o quadro de pessoal contava com 54 trabalhadores, dos quais apenas 49 se encontravam a prestar serviço efetivo:

Categoria Profissional	N.º Colaboradores
Ajudante de Lar / Centro Dia	14
Ajudante Familiar	5
Assistente Administrativo	1
Auxiliar Ação Médica	1
Chefe de Serviços	1
Cozinheiro(a)	5
Carpinteiro(a)	1
Diretor(a) – Coordenador(a)	1
Diretor(a) Técnico(a) de Estabelecimento	1
Empregado(a) de Quartos	3
Empregado(a) de Refeitório	2
Enfermeiro(a)	1
Encarregado(a) de Serviços Gerais	2
Fisioterapeuta	1
Fiel de Armazém	1
Operador(a) de Lavandaria	2
Monitor(a)	1
Motorista de Ligeiros	3
Técnico(a) Superior Administrativo	1
Trabalhador(a) Serviços Gerais	7
TOTAL	54

Ao quadro de pessoal acresce ainda:

- Duas colaboradoras que se encontra na Instituição no âmbito de programas apoiados pelo IEFP (Contrato emprego-inserção +);
- Um médico assistente, na modalidade de prestação de serviços;
- Uma enfermeira, na modalidade de prestação de serviços;
- Os membros dos Órgãos Sociais da Instituição, todos eles voluntários.

3. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

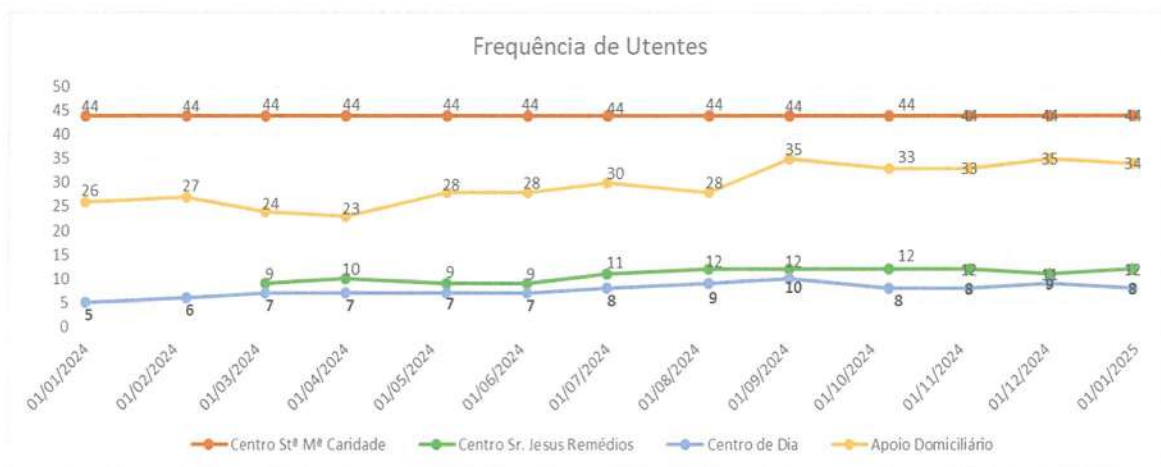
As respostas sociais desenvolvidas são direcionadas à Terceira Idade, destinadas a utentes que derivado do grau de dependência, do isolamento, das relações familiares ou da sua incapacidade, necessitem de um processo de acompanhamento.

Sendo a área social a de maior importância e relevância na Santa Casa, desde logo por aqui dependerem a quase totalidade das receitas, só com grande entrega e dedicação dos colaboradores é possível realizar um trabalho tão gratificante e importante para os nossos utentes.

A Santa Casa da Misericórdia de Sardeal, durante o ano de 2024, desenvolveu as suas atividades nas respostas sociais de Estrutura Residencial para pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Em Março de 2024, entrou em funcionamento a ERPI Centro Senhor Jesus dos Remédios, para onde foram transferidos os utentes que se encontravam na Unidade – Outeiro da Velha, que encerrou em fevereiro de 2024.

Respostas sociais	Capacidade	Vagas em Acordo de Cooperação com o ISS	N.º médio de utentes em 2024	N.º utentes a 31/12/2024
ERPI – Centro Santa Maria da Caridade	44	44	44	44
ERPI – Centro Senhor Jesus dos Remédios	12	0	11	12
Centro de Dia	10	10	8	8
Serviço de Apoio Domiciliário	60	60	30	34





Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

- **Centro Santa Maria da Caridade**

No ano de 2024, a ERPI Centro de Santa Maria da Caridade manteve a sua capacidade total sempre preenchida (44 utentes), dos quais 4 ocupam vagas reservadas à Segurança Social. Todas as vagas estão cobertas por Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social.

Continua a ser garantido um conjunto de serviços, desde alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, atividades de animação sociocultural, cuidados médicos e de enfermagem, de forma a promover a satisfação das necessidades dos utentes.

- **Centro Senhor Jesus dos Remédios**

O Centro Senhor Jesus dos Remédios entrou em atividade em março de 2024, aquando da transição dos utentes que se encontravam na Unidade sita na Rua outeiro da Velha (8 utentes).

Desde logo, e atentando à caracterização da população cada vez mais idosa e cada vez mais a precisar de um maior apoio pessoal, registou-se uma procura crescente pelas restantes vagas, tendo-se registado no 2º semestre de 2024 a ocupação da totalidade das vagas do equipamento. Atualmente, o Centro Senhor Jesus dos Remédios não tem em vigor nenhum Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, sendo que o mesmo já foi solicitado junto deste órgão público, logo após da entrada em funcionamento.

Centro de Dia (CD)

O Centro de Dia, acoplado à ERPI Centro Senhor Jesus dos Remédios, teve um n.º médio de utentes a frequentar a resposta social de 8. No ano de 2024, procurou-se assegurar o acompanhamento dos utentes que por questões de isolamento ou impossibilidade dos familiares, não conseguem receber o apoio que necessitam. Todas as vagas estão cobertas por Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social.

Com a entrada em funcionamento da ERPI Centro Senhor Jesus dos Remédios, a resposta social viu a sua capacidade reduzida de 70 para 10 utentes, sendo que esta redução ainda não está revista documentalmente, nomeadamente com a revisão em baixa do Acordo de Cooperação. Ainda assim, desde Março que a Instituição tem respeitado a nova capacidade estabelecida com a requalificação do edifício.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O SAD funciona acoplado à ERPI Centro Santa Maria da Caridade, visando a prestação de cuidados ao domicílio, para satisfação das necessidades identificadas em cada agregado familiar. Durante o ano de 2024, o n.º médio de utentes registado foi de 30. Todas as vagas estão cobertas por Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social.

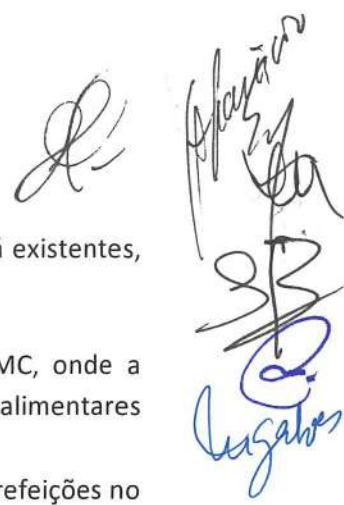
Comunidade

Ao longo do ano de 2024, deu-se continuidade aos Protocolos de Colaboração já existentes, nomeadamente:

- Com o Instituto da Segurança Social, no âmbito do programa POAPMC, onde a Instituição atua como entidade mediadora, através da entrega de bens alimentares aos destinatários;
- Com o Município de Sardoal, no âmbito da confeção e fornecimento de refeições no âmbito de ações de proteção civil.

Património

Em 2024, as 36 frações habitacionais sitas na Rua Rainha D. Leonor, em Sardoal, mantiveram-se todos ocupados.



Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the name 'Luzinhas' written in blue.



4. CULTO RELIGIOSO

A Santa Casa da Misericórdia de Sardeal é uma associação com personalidade jurídica canónica, cujo fim visa também a realização de atos de culto católico.

Para a prossecução desses fins, diariamente, concretizam-se momentos de oração e reflexão espiritual junto dos utentes, nomeadamente rezar o terço, no Centro Santa Maria da Caridade e/ou Centro Senhor Jesus dos Remédios. Promove-se ainda o acompanhamento televisivo de cerimónias religiosas (celebrações eucarísticas).

De acordo com o estabelecido no artigo 12.º do Compromisso da Irmandade, no ano de 2024, realizaram-se os seguintes atos de culto divino:

- As cerimónias litúrgicas da Semana Santa;
- A Procissão do Senhor da Misericórdia, vulgo Procissão dos Fogaréus, na Quinta-Feira Santa (dia 28 de março);
- Celebração em honra do Senhor Jesus dos Remédios, no terceiro domingo de Páscoa (dia 14 de abril);
- A Festa da Visitação de Nossa Senhora (dia 31 de maio);
- A Solenidade de Santa Maria da Caridade (dia 14 de setembro);
- Romagem ao cemitério na altura do dia dos fiéis, com colocação de flores, nas campas e jazigos dos irmãos beneméritos desta Santa Casa.

5. ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

As atividades realizadas foram devidamente programadas e planificadas, de modo a criar uma linha orientadora de desenvolvimento e de modo a alcançar os objetivos propostos para cada atividade. As atividades temáticas podem ser agrupadas em diferentes áreas: jogos tradicionais, expressão plástica, estimulação sensorial/cognitiva, oficinas da Imagem/som e da leitura/escrita, ginástica de manutenção, entre outras.

No Plano Anual de Atividades para o ano de 2024 estava prevista a realização de 28 atividades festivas/temáticas, tendo todas elas sido realizadas de acordo com o planeado, de acordo com a tabela abaixo. Deste modo, pode-se fazer um balanço positivo e constatar que o Plano Anual de Atividades foi cumprido.

Tema da atividade	Cumprimento
Cantar os reis	Realizada
Dia do puzzle	Realizada
Dia do amor	Realizada
Carnaval	Realizada
Dia internacional da mulher	Realizada
Dia do pai	Realizada
Quarta-feira de cinzas	Realizada
Tapetes florais / semana santa	Realizada
Dia internacional da vida selvagem	Realizada
Festa do Senhor dos Remédios	Realizada
Dia da arte	Realizada
Dia internacional dos monumentos e sítios	Realizada
Dia da liberdade	Realizada
Dia da mãe	Realizada
Dia da dança	Realizada
Dia da espiga	Realizada
Dia 13 de maio	Realizada
Dia internacional dos museus	Realizada
Festa da visitação de Nossa Senhora	Realizada
Dia de São Pedro / Sardinhada na Lapa	Realizada
Dia europeu da música	Realizada
Dia mundial dos avós	Realizada
Dia internacional da fisioterapia	Realizada
Festa de Santa Maria da Caridade	Realizada
Dia mundial do animal	Realizada
Dia internacional da terceira idade	Realizada
Magusto	Realizada
Festa de natal	Realizada

Participaram nas diversas atividades, os utentes das diversas respostas sociais.

Pelo exposto, pode-se fazer um balanço positivo e constatar que o Plano Anual de Atividades foi cumprido.



6. COMUNICAÇÃO

O impacto tecnológico nos dias que correm é cada vez maior, e a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal tem procurado acompanhar esta evolução. Atualmente, para além dos meios tradicionais (à base de documentos/papel) utilizamos o nosso site, e principalmente a rede social Facebook, como meio de informação e divulgação.

Trimestralmente, temos ainda a publicação do “Boletim Informativo” onde constam notícias/informações da Instituição, bem como, as atividades desenvolvidas nesse período.

7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Para uma análise detalhada da atividade desenvolvida no ano de 2024, apresenta-se as notas mais significativas das demonstrações financeiras, de modo a evidenciar a verdadeira situação financeira e patrimonial da Instituição.

Rendimentos

Os rendimentos aumentaram face ao ano anterior, em muito devido ao aumento da rubrica “Vendas e serviços prestados”.

Rendimentos	2024	2023	Varição
Vendas e serviços prestados	1 120 298,70 €	1 003 358,14 €	116 940,56 €
Subsídios, doações e legados à exploração	37 375,75 €	55 248,08 €	-17 872,33 €
Varição nos inventários da produção	1 446,66 €	-3 203,67 €	4 650,33 €
Trabalhos para a própria entidade	2 557,37 €	2 241,49 €	315,88 €
Imparidade de dívidas a receber (reversão)	1 039,59 €	1 339,77 €	-300,18 €
Outros rendimentos	150 461,93 €	166 317,83 €	-15 855,90 €
	1 313 180,00 €	1 225 301,64 €	87 878,36 €

A rubrica de “Vendas e serviços prestados” reflete a venda de ativos biológicos (corte de pinheiros e eucaliptos) e os serviços prestados pela Instituição.

A rubrica de “Vendas e serviços prestados” apresenta uma evolução positiva face ao ano anterior, nomeadamente ao nível das sub-rubricas “Terceira Idade” – que respeita às mensalidades dos utentes nas diversas respostas sociais – e “Comparticipações – Acordos de Cooperação”.

Vendas e Serviços Prestados	2024	2023	Varição
Vendas	0,00 €	9 200,00 €	-9 200,00 €
Serviços prestados			
Terceira Idade	578 604,86 €	519 671,66 €	58 933,20 €
Quotizações e jóias	3 377,00 €	3 319,00 €	58,00 €
Serviços secundários	38 220,44 €	40 725,58 €	-2 505,14 €
Fornecimento de refeições (Protocolo CMS)	140,90 €	114,00 €	26,90 €
Comparticipações - Acordos de Cooperação	499 955,50 €	430 327,90 €	69 627,60 €
	1 120 298,70 €	1 003 358,14 €	116 940,56 €

Na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” regista-se uma diminuição do valor, muito por força pela inexistência de “Apoios extraordinários”. Das restantes rubricas, sobressai o aumento no valor dos donativos.

Subsídios, doações e legados à exploração	2024	2023	Variação
POAPMC	0,00 €	1 953,60 €	-1 953,60 €
Apoios extraordinários	0,00 €	17 311,88 €	-17 311,88 €
IEFP	5 630,24 €	4 281,23 €	1 349,01 €
Autarquias	15 000,00 €	20 485,95 €	-5 485,95 €
IFAP	1 264,08 €	788,05 €	476,03 €
Donativos	13 062,49 €	6 977,42 €	6 085,07 €
Consignação IRS	2 418,94 €	3 449,95 €	-1 031,01 €
	37 375,75 €	55 248,08 €	-17 872,33 €

A rubrica “Outros rendimentos” apresenta também uma evolução negativa, desde logo pelo decréscimo do valor de “rendas e outros rendimentos”. Este decréscimo deve-se à transição dos utentes da unidade sita na Rua Outeiro da Velha, cuja comparticipação incluía uma parcela de arrendamento. Em sentido contrário, o valor de mais-valias de alienações registou um aumento.

Outros rendimentos	2024	2023	Variação
Rendimentos suplementares	3 921,82 €	8 145,72 €	-4 223,90 €
Descontos de PP obtidos	1 147,04 €	1 202,36 €	-55,32 €
Alienações (Mais Valias)	58 232,95 €	12 822,22 €	45 410,73 €
Rendas e outros rendimentos	59 875,76 €	116 902,40 €	-57 026,64 €
Correções relativas a períodos anteriores	2 933,17 €	2 106,24 €	826,93 €
Imputação de subsídios ao investimento	23 872,34 €	23 872,34 €	0,00 €
Outros não especificados	478,85 €	1 266,55 €	-787,70 €
	150 461,93 €	166 317,83 €	-15 855,90 €

Gastos

Ao longo do ano 2024, registou-se um aumento generalizado dos preços de bens e serviços.

Gastos	2024	2023	Variação
Custo das Merc. Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	125 574,68 €	123 464,09 €	2 110,59 €
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	240 591,46 €	224 831,54 €	15 759,92 €
Gastos com pessoal	876 321,85 €	866 795,77 €	9 526,08 €
Gastos de depreciação e amortização	119 641,29 €	131 997,92 €	-12 356,63 €
Perdas por imparidade	857,60 €	63,00 €	794,60 €
Juros de financiamentos	6 920,18 €	8 217,73 €	-1 297,55 €
Outros Gastos	9 275,34 €	18 780,93 €	-9 505,59 €
	1 379 182,40 €	1 374 150,98 €	5 031,42 €

O custo de aquisição de bens alimentares (CMVMC) sofreu um ligeiro aumento face ao ano anterior – com um acréscimo de 21 212,70 €, sendo que o principal aumento reflete-se nas rubricas “Fornecimentos e serviços externos” e “Gastos com o pessoal”.

Analisando as sub-rubricas de “fornecimentos e serviços prestados”, é possível verificar a diminuição nas rubricas “Combustíveis”, “Pellets” e nas rubricas de Limpeza, higiene e conforto. Em sentido contrário, registou-se um grande aumento nas rubricas “serviços especializados”, “eletricidade” e “gás”.

Fornecimentos e serviços prestados	2024	2023	Variação
Serviços especializados	68 635,56 €	61 338,27 €	7 297,29 €
Materiais (de desgaste rápido)	4 557,09 €	4 089,82 €	467,27 €
Energia e Fluidos			
Eletricidade	23 628,02 €	8 962,02 €	14 666,00 €
Combustíveis	5 626,03 €	9 839,98 €	-4 213,95 €
Água	20 530,23 €	19 128,77 €	1 401,46 €
Gás	20 193,61 €	16 121,57 €	4 072,04 €
Pellets	7 175,89 €	10 383,57 €	-3 207,68 €
Deslocações e transportes	50,35 €	72,76 €	-22,41 €
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	9 420,76 €	8 619,59 €	801,17 €
Comunicação	7 680,00 €	6 789,64 €	890,36 €
Seguros	5 536,21 €	5 158,28 €	377,93 €
Contencioso e notariado	2 993,79 €	305,09 €	2 688,70 €
Higiene e conforto - fraldas	24 917,22 €	28 777,74 €	-3 860,52 €
Produtos de limpeza/higiene, detergentes e outros	39 317,71 €	45 244,44 €	-5 926,73 €
	240 262,47 €	224 831,54 €	15 430,93 €

Relativamente ao aumento no custo de eletricidade, note-se que aliado ao aumento do custo das respetivas tarifas aplicáveis, está a entrada em funcionamento do Centro Senhor Jesus dos Remédios.

A rubrica de “serviços especializados” regista uma evolução negativa, pelo motivo da contratação de serviços de consultoria no âmbito do programa PARES 3.0 e de serviços de enfermagem (avença).

Relativamente à rubrica “Gastos com pessoal”, não ocorreu grande oscilação no quadro de pessoal durante o ano, promovendo o máximo controlo de custos. Foram contratados trabalhadores somente em caso de necessidade imperiosa de substituição (em casos de absentismo), tendo-se ainda registado a saída de alguns trabalhadores (por iniciativa própria ou por passagem à situação de pensionista). Em contrapartida, o aumento do salário mínimo e a revisão das tabelas salariais aplicáveis, origina a que se registre um aumento nos gastos com o pessoal (em 9 526,08 €).

Gastos com o pessoal	2024	2023	Variação
Remunerações dos órgãos sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pessoal - remuneração certas	606 178,19 €	597 636,23 €	8 541,96 €
Pessoal - remunerações adicionais (sub. turno, alim., ab. falhas)	105 291,96 €	106 530,58 €	-1 238,62 €
Encargos sobre remunerações - segurança social	147 362,05 €	144 674,65 €	2 687,40 €
Encargos sobre remunerações - fundo de compensação	0,00 €	46,85 €	-46,85 €
Seguros de Acid. Trabalho	8 475,88 €	8 502,37 €	-26,49 €
Indemnizações por despedimento	0,00 €	2 948,80 €	-2 948,80 €
Outros gastos com pessoal	9 013,77 €	6 456,29 €	2 557,48 €
	876 321,85 €	866 795,77 €	9 526,08 €

Ativa

Em 2024, o valor do ativo aumentou em 127 444,83 €, face ao ano anterior, com especial realce para os seguintes aspetos:

- Aumento da rubrica “Ativo Fixo Tangível” em 77 466,25 €;
- Aumento na rubrica “Estado e outros entes públicos” em 12 272,96 € (corresponde a valores de pedidos de restituição de IVA que aguardam pagamento);
- Aumento na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” em 37 816,51 €.

Passivo

O passivo, comparando com o ano de 2023, aumentou em 43 070,85 €, com ênfase nos seguintes aspetos:

- Aumento na rubrica “Fornecedores gerais” em 15 110,71 €;
- Aumento na rubrica “Diferimentos” em 18 470,05 € (que em muito se deve ao valor recebido antecipadamente do contrato de arrendamento com a OMTEL);
- Aumento na rubrica “Outros passivos correntes” em 75 452,15 € (que em muito se deve ao valor de fornecedores de investimentos e acréscimos de gastos – regime da especialização).

Em contrapartida, registou-se uma diminuição de 67 408,85 € no valor dos financiamentos bancários obtidos.

Fundos patrimoniais

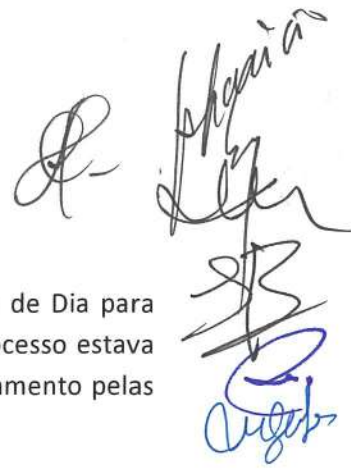
Os fundos patrimoniais aumentaram, de 2023 para 2024, em 84 373,98 €, para um valor total de 3 928 405,97€.

Alienações

Durante o ano de 2024, face à carência de liquidez de tesouraria para fazer face aos compromissos de curto prazo da Instituição e aos investimentos em curso, foi imperativa a necessidade de proceder à alienação de património imóvel.

Na tabela abaixo estão evidenciados os valores de alienações de imóveis (prédios rústicos e urbanos) que ocorreram em 2024.

Descrição	Receita	Mais-valia/menos-valia contabilística
Prédio rústico - Pisco	20 501,00 €	1 361,00 €
Prédio rústico - Balsas de Aço	16 001,00 €	-1 259,00 €
Prédio rústico - Eira de João Afonso	27 500,00 €	2 780,00 €
Prédio urbano - Rua Mestre de Sardoal	130 000,00 €	54 091,95 €
	194 002,00 €	56 973,95 €



Plano de Investimentos

- **ERPI CENTRO SENHOR JESUS DOS REMÉDIOS**

No ano de 2024, foi concluído o processo de “alteração do edifício de Centro de Dia para implementação de ERPI”. A empreitada já estava concluída no ano anterior, mas o processo estava ainda pendente da burocracia obrigatória para autorização de funcionamento e licenciamento pelas autoridades competentes.

A alteração deste edifício permitiu a criação de 12 novas vagas em ERPI, para as quais já foi solicitado Acordo de Cooperação, e a redução para 10 vagas da capacidade da resposta social de Centro de Dia.

O valor do investimento ascendeu a **52 299,19 € + IVA (64 160,37 €)**, não tendo sido alvo de nenhum financiamento público.

O investimento originou um ativo fixo tangível no valor de 55 497,24 €, tendo sido reconhecido como gasto do período o valor de 3 145,56 €. O restante valor (5 517,57 €) respeita a 50% do valor do IVA que foi restituído à Instituição.

- **ERPI CENTRO SANTA MARIA DA CARIDADE**

No ano de 2024, decorreram os trabalhos de construção civil da empreitada de alteração da ERPI. Ao contrário do que estava inicialmente previsto, a empreitada prolongou-se por mais tempo que o inicialmente contratado. A 31 de dezembro de 2024, o objeto principal da empreitada (requalificação do antigo hospital) estava concluída, faltando apenas a realização de algumas alterações em espaços funcionais do lar já existente.

O atraso existente ocorreu por força das condições meteorológicas que se registaram, nomeadamente durante os trabalhos na cobertura do edifício, e pela necessidade de execução de trabalhos complementares, nomeadamente a substituição de vãos exteriores.

Esta alteração permitirá a criação de 7 novas vagas, passando a ERPI a dispor de 51 vagas, todas elas abrangidas por Acordo de Cooperação, mediante Adenda ao Acordo já existente, conforme estabelecido pelo programa PARES 3.0.

O contrato de financiamento inicial previa um financiamento no valor de 219 232,00 €, valor que foi posteriormente majorado em 20%, através de Adenda.

O projeto tem um custo previsto de **332 739,78 € + IVA (409 269,93 €)**. O valor previsto de financiamento público é de 244 673,82 €, e o financiamento privado ascende a 164 596,11 €. Do valor de financiamento privado, é expectável o pedido de restituição de IVA no valor de 37 758,30 €.

- **EDIFÍCIO SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO**

Este investimento mantém-se parado por força de processo judicial, sendo certo que obrigará a Instituição a um esforço hercúleo para concretização do mesmo.

Este projeto tinha um custo inicial previsto de **292 912,51 € + IVA (360 282,39 €)**, que derivado do aumento de preços poderá ascender a um valor muito superior. Este projeto, que visa a criação de 18 vagas, é financiado pelo Fundo Rainha D. Leonor em 181 692,14 €.

**Resultados do período**

Face ao ano 2023, os resultados evoluíram positivamente, apresentando todos eles uma variação positiva, tendo estes reduzido em mais de 50%.

Resultados	2024	2023	Varição
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	60 559,07 €	-8 570,69 €	69 129,76 €
Resultado operacional	-59 082,22 €	-140 568,61 €	81 486,39 €
Resultado líquido do período	-66 002,40 €	-148 786,34 €	82 783,94 €

Desde logo destaca-se o “Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos”, que apresenta um resultado de 60 559,07 € (positivo em sessenta mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e sete cêntimos).

O “Resultado operacional” é negativo, no valor de 59 082,22 €. O “Resultado líquido do período” é também negativo, no valor de 66 002,40€.

Estes dados demonstram desde logo que os gastos de depreciação/amortização do período (119 641,29 €) continuam a ter um grande impacto negativo no “Resultado operacional” e no “Resultado líquido do período”.

É evidente que o trabalho desenvolvido e as medidas adotadas começam a ter realce nos resultados apresentados, para inverter a tendência de resultados negativos dos últimos anos, sendo que é necessário que continue a prevalecer o bom senso e o empenho na busca da sustentabilidade e equilíbrio entre necessidades e exigências do dia-a-dia, face à capacidade financeira atual da Instituição.



8. DÍVIDAS EM MORA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA SOCIAL

A 31 de dezembro de 2024, não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária ou à Segurança Social, nem a outras entidades públicas.



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, o nosso agradecimento aos nossos utentes e seus familiares pela sua confiança, apoio e simpatia, à Irmandade e a todas as entidades que connosco colaboram. Só esta partilha, parceria e preocupação com a Instituição, nos permite continuar a cumprir com a Missão a que nos propomos e a alcançar os objetivos propostos.

Dando cumprimento ao Compromisso da Irmandade, e de acordo com o estipulado na alínea f) do artigo 27.º, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, nos termos do exposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 22.º do referido Compromisso, submete à apreciação, discussão e aprovação da Assembleia Geral o “Relatório e Contas do ano 2024”, aprovado em reunião de Mesa Administrativa de 13 de março de 2025 e o respetivo Parecer do Conselho Fiscal.



10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe aplicar o resultado líquido do exercício de 2024, no montante de -66 002,40 € (negativo em sessenta e seis mil, dois euros e quarenta cêntimos), em resultados transitados.

Sardoal, 13 de março de 2025

A Mesa Administrativa

Onório do Graças Salgueiro Paiva Alves

José Luís da Maia

Isidoro Manuel dos Bores Almeida

Aluísio
Resgate
[Signature]

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanço;
- Demonstração de resultados por naturezas;
- Demonstração de resultados por naturezas por resposta social/atividade;
- Demonstração de fluxos de caixa;
- Demonstração das alterações de fundos patrimoniais;
- Anexo.

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 527 062,68	3 449 596,43
Bens do património histórico e cultural	5	847 930,00	847 930,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	16.1	18 730,27	18 730,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 393 722,95	4 316 256,70
Activo corrente			
Inventários	9	8 460,78	6 094,51
Créditos a receber	16.3	22 617,41	22 582,90
Estado e Outros Entes Públicos	16.9	14 022,88	1 749,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	1 837,00	2 071,00
Diferimentos	16.5	14 898,57	15 100,60
Outros ativos correntes	16.4	23 780,74	25 856,38
Caixa e Depósitos Bancários	16.6	45 287,22	7 470,71
		130 904,60	80 926,02
Total do ativo		4 524 627,55	4 397 182,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		225 937,34	225 937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32 959,68	32 959,68
Resultados transitados		-455 621,66	-482 215,00
Excedentes de revalorização		2 196 497,28	2 361 119,61
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 994 635,73	1 855 016,70
	16.7	3 994 408,37	3 992 818,33
Resultado líquido do período		-66 002,40	-148 786,34
Total dos fundos patrimoniais		3 928 405,97	3 844 031,99
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	52 528,92	105 057,60
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		52 528,92	105 057,60
Passivo corrente			
Fornecedores	16.8	85 310,39	70 199,68
Estado e Outros Entes Públicos	16.9	33 218,82	31 772,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7 e 8	88 091,32	102 971,49
Diferimentos	16.5	32 400,20	13 930,15
Outros Passivos Correntes	16.10	304 671,93	229 219,78
		543 692,66	448 093,13
Total do passivo		596 221,58	553 150,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 524 627,55	4 397 182,72

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Manuel António Pereira
 Maria de Graça Baltazar
 José Luís
 Maria
 Isidro Manuel dos Reis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

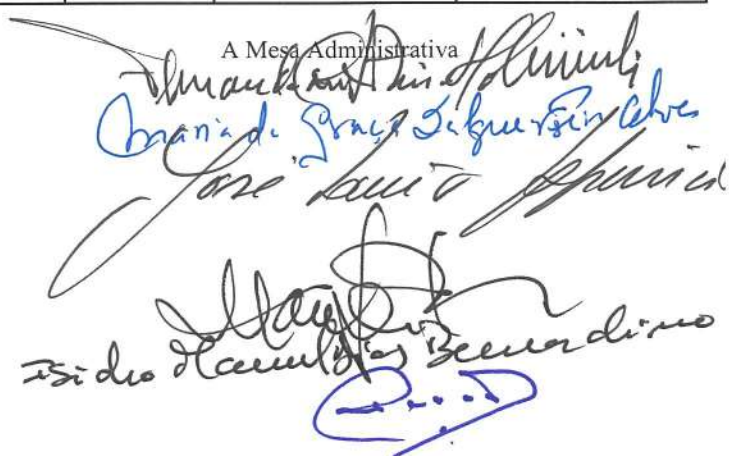
Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 024	2 023
Vendas e serviços prestados	10	1 120 298,70	1 003 358,14
Subsídios, doações e legados à exploração	11 e 16.12	37 375,75	55 248,08
Variação nos inventários da produção	9	1 446,66	-3 203,67
Trabalhos para a própria entidade	16.11	2 557,37	2 241,49
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-125 574,68	-123 464,09
Fornecimentos e serviços externos	16.13	-240 591,46	-224 831,54
Gastos com o pessoal	14	-876 321,85	-866 795,77
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16.3	181,99	1 339,77
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	16.14	150 461,93	166 317,83
Outros gastos	16.15	-9 275,34	-18 780,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		60 559,07	-8 570,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-119 641,29	-131 997,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-59 082,22	-140 568,61
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos	16.16	-6 920,18	-8 217,73
Resultados antes de impostos		-66 002,40	-148 786,34
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-66 002,40	-148 786,34

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa


 Manuel António de Oliveira
 Maria de Graça Sousa Figueiredo
 José Luís de Almeida
 João Luís de Almeida
 João Luís de Almeida
 João Luís de Almeida

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	RESPOSTAS SOCIAIS / ATIVIDADES											TOTAL
		ERPI Centro Santa Maria da Caridade	CENTRO DIA	APOIO DOMICILIÁRIO	ERPI Centro Senhor Jesus dos Remédios	U.A.L.	EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	PATRIMÔNIO	PROTOCOLO MUNICÍPIO/SCMS	BOLETIM INFORMATIVO SCMS	PROGRAMA PARES 3.0		
Vendas e serviços prestados		754 695,24	35 474,77	203 449,13	112 036,56	11 125,10	0,00	3 377,00	140,90	0,00	0,00	0,00	1 120 298,70
Subsídios, doações e legados à exploração		3 841,96	430,76	842,84	514,68	0,00	1 090,15	15 655,36	0,00	0,00	0,00	15 000,00	37 375,75
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 446,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 446,66
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 557,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 557,37
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-73 210,92	-9 270,84	-27 466,95	-13 053,03	-2 508,67	-36,72	0,00	-27,55	0,00	0,00	0,00	-125 574,68
Fornecimentos e serviços externos		-166 816,47	-8 596,38	-22 535,22	-15 308,21	-6 432,25	-538,38	-12 420,19	-2,51	-1 376,60	-0,00	-0,00	-240 591,46
Gastos com o pessoal		-576 157,26	-47 255,41	-122 405,72	-100 557,06	-22 422,13	0,00	-7 514,17	-10,10	0,00	0,00	0,00	-876 321,85
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-12,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194,59	0,00	0,00	0,00	0,00	181,99
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos		1 889,83	4 097,06	6 303,66	407,14	8 481,07	2 933,17	126 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150 461,93
Outros gastos		-6 372,49	-1,41	-40,63	-7,91	-30,00	-240,00	-2 480,90	0,00	-102,00	0,00	0,00	-9 275,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-62 142,71	-25 121,45	38 147,11	-15 967,83	-11 786,88	7 212,25	123 161,69	100,74	-1 678,60	0,00	8 634,75	60 559,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3 778,43	-236,22	-9 646,78	-2 260,13	-69,95	-4 795,51	-98 854,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-119 641,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-65 921,14	-25 357,67	28 500,33	-18 227,96	-11 856,83	2 416,74	24 307,42	100,74	-1 678,60	0,00	8 634,75	-59 082,22
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 920,18	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 920,18
Resultados antes de impostos		-65 921,14	-25 357,67	28 500,33	-18 227,96	-11 856,83	2 416,74	17 387,24	100,74	-1 678,60	0,00	8 634,75	-66 002,40
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-65 921,14	-25 357,67	28 500,33	-18 227,96	-11 856,83	2 416,74	17 387,24	100,74	-1 678,60	0,00	8 634,75	-66 002,40

O Contabilista Certificado

Luís António

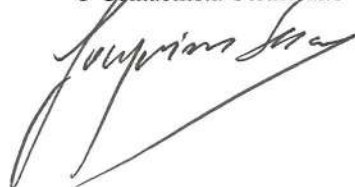
A Mesa Administrativa
Luís António
Luís António
Luís António

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		699 778,97	692 180,99
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-397 836,29	-275 752,74
Pagamentos ao pessoal		-564 879,04	-561 207,29
Caixa gerada pelas operações		-262 936,36	-144 779,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		324 595,94	239 768,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		61 659,58	94 989,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-314 204,41	-98 065,46
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	-707,96
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		192 851,80	62 180,20
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	323,89
Subsídios ao investimento		164 510,99	43 846,40
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		43 158,38	7 577,07
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-59 463,08	-172 809,43
Juros e gastos similares		-7 538,37	-8 895,07
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-67 001,45	-181 704,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		37 816,51	-79 138,40
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.6	7 470,71	86 609,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.6	45 287,22	7 470,71

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa


 Manuel António Galvão
 Maria de Graça Teles
 José Luís Pereira
 João Carlos Almeida
 João Carlos Almeida

RÚBRICAS	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesse minoritários	Total do capital próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	225 937,34	0,00	32 959,68	-482 215,00	2 361 119,61	1 855 016,70	-148 786,34	3 844 031,99	0,00	3 844 031,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0,00		
Alterações de políticas contabilísticas									0,00		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					164 622,33	-164 622,33			0,00		
Realização de excedentes de revalorização									0,00		
Excedentes de revalorização									0,00		
Ajustamento por impostos diferidos									0,00		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-148 786,34			148 786,34	0,00		
Aplicação do resultado líquido					10 757,35		139 619,03		150 376,38		
Outras alterações											
Sub-total	2	0,00	0,00	0,00	26 593,34	-164 622,33	139 619,03	148 786,34	150 376,38		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3										
									-66 002,40		-66 002,40
									82 783,94		84 373,98
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									0,00		
Subsídios, doações e legados									0,00		
Distribuições									0,00		
Outras operações									0,00		
Sub-total	5										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	1 + 2 + 3 + 5	225 937,34	0,00	32 959,68	-455 621,66	2 196 497,28	1 994 635,73	-66 002,40	3 928 405,97	0,00	3 928 405,97

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures and text: "Mesa Administrativa", "Paris d. Graça de Jesus Soares", "José Luís", "V. Costa", "José da Camarã de Almeida"]

RÚBRICAS	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesse minoritários	Total do capital próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	16.7	225 937,34	0,00	32 959,68	-286 878,75	2 396 613,92	1 875 987,83	-280 250,61	3 964 369,41	0,00	3 964 369,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0,00		
Alterações de políticas contabilísticas									0,00		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00		
Realização de excedentes de revalorização				35 494,31		-35 494,31			0,00		
Excedentes de revalorização									0,00		
Ajustamento por impostos diferidos									0,00		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0,00		
Aplicação do resultado líquido				-280 250,61				280 250,61	0,00		
Outras alterações				49 420,05			-20 971,13		28 448,92		
Sub-total	2	0,00	0,00	0,00	-195 336,25	-35 494,31	-20 971,13	280 250,61	28 448,92		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-148 786,34	-148 786,34		-148 786,34
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3							131 464,27	-120 337,42		-120 337,42
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									0,00		
Subsídios, doações e legados									0,00		
Distribuições									0,00		
Outras operações									0,00		
Sub-total	5										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	1 + 2 + 3 + 5	225 937,34	0,00	32 959,68	-482 215,00	2 361 119,61	1 855 016,70	-148 786,34	3 844 031,99	0,00	3 844 031,99

O Contabilista Certificado

António José

A Mesa Administrativa
António José
Luís
Luís
Luís

Luís
Luís
Luís
Luís

Handwritten signatures in black and blue ink, including a signature that appears to read 'Viegas'.

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Anexo

13 de março de 2025



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	15
5	Ativos fixos tangíveis.....	15
6	Ativos intangíveis	17
7	Locações.....	19
8	Custos de empréstimos obtidos	19
9	Inventários	19
10	Rédito	20
11	Subsídios e outros apoios das entidade públicas	20
12	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	20
13	Imposto sobre o Rendimento	20
14	Benefícios dos empregados	20
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
16	Outras divulgações.....	21
16.1	Investimentos Financeiros	21
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
16.3	Clientes e Utentes	22
16.4	Outros ativos correntes	22
16.5	Diferimentos	22
16.6	Caixa e Depósitos Bancários	23
16.7	Fundos Patrimoniais	23
16.8	Fornecedores	23
16.9	Estado e Outros Entes Públicos	23
16.10	Outros Passivos Financeiros.....	24
16.11	Trabalhos para a própria entidade	24
16.12	Subsídios, doações e legados à exploração	24
16.13	Fornecimentos e serviços externos	24
16.14	Outros rendimentos.....	25
16.15	Outros gastos	25

16.16 Resultados Financeiros	25
16.17 Acontecimentos após data de Balanço.....	25

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]



1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, com sede em Largo do Convento, concelho e freguesia de Sardoal. Tem como atividade as respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), desenvolvendo ainda as atividades de fornecimento de refeições, gestão do seu património e exploração agrícola. Atua ainda como entidade mediadora no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), através da entrega de bens alimentares essenciais a famílias carenciadas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, que foi objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo

registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utilizadores, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.



3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao

longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições na data do balanço.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 a 6

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

No ano de 2018, ocorreram revalorizações de terrenos e recursos naturais, bem como de edifícios e outras construções, sendo que os mesmos estão reconhecidos pelo método da revalorização.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento biológico	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	2 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Ativos biológicos

Os ativos biológicos encontram-se mensurados ao seu justo valor deduzidos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

3.2.5 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.


O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de



gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo, é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

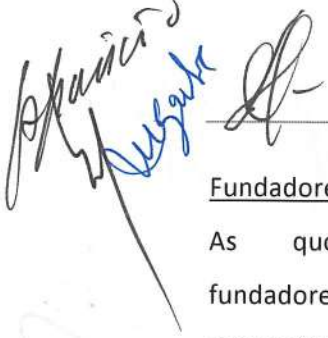
Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal (IPSS) está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.13 Trabalhos para a própria entidade

São os trabalhos que a entidade realiza a si mesma, utilizando recursos próprios ou adquiridos para o efeito. O valor da respetiva contabilização é o custo de produção desses trabalhos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos fixos tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847 930,00					847 930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847 930,00

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847 930,00					847 930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847 930,00

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	309 034,42		10 380,00			298 654,42
Edifícios e outras construções	3 394 943,87	9 994,35	87 919,30			3 317 018,92
Equipamento básico	374 076,00	4 088,61	1 787,63			376 376,98
Equipamento de transporte	96 950,58	36 685,14				133 635,72
Equipamento administrativo	82 779,11		2 240,00			80 539,11
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78 537,66	2 460,81				80 998,47
Total	4 336 321,64	53 228,91	102 326,93	0,00	0,00	4 287 223,62
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	569 629,41	102 589,98	35 239,88			636 979,51
Equipamento básico	336 247,60	8 722,12	1 787,63			343 182,09
Equipamento de transporte	87 876,27	18 245,59				106 121,86
Equipamento administrativo	82 012,26	507,01	2 240,00			80 279,27
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	39 441,89	1 933,22				41 375,11
Total	1 115 207,43	131 997,92	39 267,51	0,00	0,00	1 207 937,84

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	298 654,42		61 120,00			237 534,42
Edifícios e outras construções	3 317 018,92	55 497,24	82 062,75			3 290 453,41
Equipamento básico	376 376,98	17 280,84				393 657,82
Equipamento de transporte	133 635,72					133 635,72
Equipamento administrativo	80 539,11	1 609,29				82 148,40
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	80 998,47					80 998,47
Total	4 287 223,62	74 387,37	143 182,75	0,00	0,00	4 218 428,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	636 979,51	102 468,98	6 154,98			733 293,51
Equipamento básico	343 182,09	11 685,36				354 867,45
Equipamento de transporte	106 121,86	9 171,28				115 293,14
Equipamento administrativo	80 279,27	653,60				80 932,87
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	41 375,11	1 788,11				43 163,22
Total	1 207 937,84	125 767,33	6 154,98	0,00	0,00	1 327 550,19

Ativos Fixos Tangíveis em Curso

A quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2024, mostrando as adições, os abates, as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis em curso	313 838,79	56 471,86				370 310,65
Total	313 838,79	56 471,86	0,00	0,00	0,00	370 310,65

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis em curso	370 310,65	321 371,22		55 497,24		636 184,63
Total	370 310,65	321 371,22	0,00	55 497,24	0,00	636 184,63

6 Ativos intangíveis

Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os

abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso a locação financeira:

Descrição	2024			2023		
	Custo de aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Custo de aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento de transporte	61 732,97	61 732,97	0,00	61 732,97	61 732,97	0,00
Total	61 732,97	61 732,97	0,00	61 732,97	61 732,97	0,00

8 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	52 528,68	52 528,92	105 057,60	52 528,68	105 057,60	157 586,28
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	6 934,40	0,00	6 934,40
Cartão de Crédito	35 562,64	0,00	35 562,64	43 508,41	0,00	43 508,41
Total	88 091,32	52 528,92	140 620,24	102 971,49	105 057,60	208 029,09

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2024		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 108,02	173 445,81	50 828,56	5 261,18	175 613,49	49 119,20	6 180,79
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos de produção	4 037,00	0,00	-3 203,67	833,33	0,00	1 446,66	2 279,99
Total	10 145,02	173 445,81	47 624,89	6 094,51	175 613,49	50 565,86	8 460,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				123 464,09			125 574,68
Variações nos inventários da produção				-3 203,67			1 446,66

10 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	0,00	9 200,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	616 966,20	560 511,24
Quotas e jolas	3 377,00	3 319,00
Comparticipações – Acordos de Cooperação	499 955,50	430 327,90
Total	1 120 298,70	1 003 358,14

11 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios de entidades públicas”:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo		
ISS	0,00	19 265,48
IEFP	5 630,24	4 281,23
IFAP – Exploração Agrícola	1 264,08	788,05
Autarquias	15 000,00	20 485,95
Total	21 894,32	44 820,71

12 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável neste exercício.

13 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável devido à isenção definitiva da entidade.

14 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de “55” e em 31/12/2023 foi de “58”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	717 690,34	704 166,81
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	2 948,80
Encargos sobre as Remunerações	147 362,05	144 721,50
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 475,88	8 502,37
Outros Gastos com o Pessoal	2 793,58	6 456,29
Total	876 321,85	866 795,77

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

16 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	6 733,77	6 733,77
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	6 733,77	6 733,77
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	800,00	800,00
Outros investimentos financeiros	17 930,27	17 930,27
Perdas por Imparidade Acumuladas	-6 733,77	-6 733,77
Total	18 730,27	18 730,27

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	4 463,00	3 852,00
Perdas por imparidade	-2 626,00	-1 781,00
Total	1 837,00	2 071,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Imparidade em Associados/Irmãos	845,00	-63,00
Reversão de perdas por imparidade	0,00	36,00
Total	845,00	-27,00

16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	22 617,41	22 582,90
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	90 578,35	90 565,75
Perdas por imparidade acumuladas	-90 578,35	-90 565,75
Total	22 617,41	22 582,90

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2024	2023
Clientes	0,00	0,00
Utentes	-12,60	0,00
Associados/Irmãos	-845,00	0,00
Reversão de perdas por imparidade	1 039,59	1 366,77
Total	181,99	1 366,77

16.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos ao pessoal	0,00	150,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 831,74	16 347,43
Outros Devedores	19 949,00	9 358,95
Total	23 780,74	25 856,38

16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 460,24	2 394,66
Custos diferidos	7 531,47	8 220,58
Material de escritório	711,96	704,88
Serviços especializados	2 015,56	1 922,04
Outros fluidos	2 179,34	1 758,05
Aluguer de equipamento	0,00	100,39
Total	14 898,57	15 100,60
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	20 613,89	154,45
Subsídios ao emprego	11 786,31	0,00
Outras receitas	0,00	13 775,70
Total	32 400,20	13 930,15

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2024	2023
Caixa	237,56	261,71
Depósitos à ordem	45 049,66	7 209,00
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	45 284,22	7 470,71

16.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225 937,34	0,00	0,00	225 937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32 959,68	0,00	0,00	32 959,68
Resultados transitados	-482 215,00	175 615,19	-149 021,85	-455 621,66
Excedentes de revalorização	2 361 119,61	0,00	-164 622,33	2 196 497,28
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 855 016,70	164 510,99	-27 861,59	1 994 635,73
Total	3 992 818,33	340 126,18	-341 505,77	3 994 408,37

16.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	85 310,39	70 199,68
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	85 310,39	70 199,68

16.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14 022,88	1 749,92
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	14 022,88	1 749,92
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 626,25	4 645,59
Segurança Social	29 592,57	27 126,44

Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	33 218,82	30 022,11

16.10 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos de utentes	17 634,30	20 719,06
Fornecedores de Investimentos	67 444,73	7 332,60
Credores por acréscimo de gastos	157 599,50	136 760,90
Outros credores	61 993,40	63 730,82
Total	304 671,93	229 219,78

16.11 Trabalhos para a própria entidade

A entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes trabalhos para a própria entidade:

Descrição	2024	2023
Trabalhos para a própria entidade	2 557,37	2 241,49
Total	2 557,37	2 241,49

16.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	20 630,24	44 032,66
Subsídios de outras entidades	1 264,08	788,05
Doações e heranças	15 481,43	10 427,37
Legados	0,00	0,00
Total	37 375,75	55 248,08

Os "Subsídios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

16.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	68 635,56	61 338,27
Materiais	4 557,09	4 089,82
Energia e fluidos	77 153,78	64 435,91
Deslocações, estadas e transportes	50,34	72,76
Serviços diversos	90 194,69	94 894,78
Total	240 591,46	224 831,54

16.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	3 921,82	8 145,72
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 147,04	1 202,36
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	58 232,95	12 822,22
Rendimentos em investimentos não financeiros	59 875,76	116 902,40
Outros rendimentos	27 284,36	27 245,13
Total	150 461,93	166 317,83

16.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	608,03	597,84
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,50
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	1 259,00	14 174,65
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	6 872,44	3 278,82
Outros gastos e perdas de financiamento	535,87	729,12
Total	9 275,34	18 780,43

16.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	6 920,18	8 217,73
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	6 920,18	8217,73

16.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

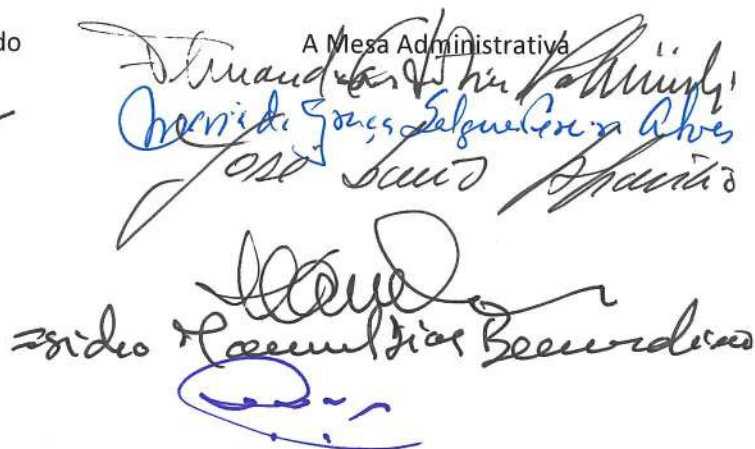
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 13 de março de 2025.

Sardoal, 13 de março de 2025

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Manoel da Silva
Cristina Gomes
José Paulo Aparício
José Luís
José Luís